

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: SUA FUNÇÃO SOCIAL ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA.

Clivea Farias Souto (UFRR) - cliveasou@hotmail.com

Resumo:

A universidade exerce uma importante função na sociedade, pois ela é um espaço fundamental para a construção da identidade sociocultural de um país. A biblioteca universitária, enquanto parte integrante dessa instituição, afirma-se como necessária para colaborar nessa construção. Partindo dessa premissa, este trabalho tem o objetivo de apresentar a função social da biblioteca universitária enquanto lugar de memória. A pesquisa realizada foi a bibliográfica, com informações de teóricos que discorrem sobre o tema, apresentando a função da universidade, a função social da biblioteca universitária, os conceitos de memória, cultura e de identidade. Percebeu-se que cultura e identidade, consideradas fenômenos da organização, da experiência e da ação humana por meio de símbolos, corroboram com ideias de valores, sendo atitudes mentais da coletividade que criam vínculos e que passam a ser registrados na memória. Vimos que é pelo movimento de apropriação de repertórios simbólicos que é possível o sujeito e mesmo uma coletividade inteira construir e consolidarem seus vínculos identitários. Assim, aferimos que embora exista muitas vezes uma concepção equivocada a respeito da função da biblioteca universitária, vista como um espaço estático, funcional e operacional, pois muitos profissionais bibliotecários que nela atuam se tornam passivos diante do verdadeiro papel que ela deve desempenhar, notamos a sua importância e que em consonância com a função social da universidade desempenha lugar fundamental na construção dos sujeitos sociais.

Palavras-chave: *Universidade. Biblioteca Universitária. Lugar de memória.*

Área temática: *Eixo 2 - Responsabilidade Política, Técnica e Social*

Subárea temática: *Cultura e comportamento informacional*

1 Introdução

Este trabalho pretende mostrar a função social da biblioteca universitária enquanto lugar de memória destacando seu forte vínculo com a instituição maior da qual faz parte que é a universidade.

Quando a universidade não desempenha a sua vocação primeira, que é a de servir a sociedade, ela corre o risco de prestar-se de reprodução do poder e das estruturas existentes, e não só a sua transformação, tornando-se funcional, operacional e passiva frente ao instituído (CATANI; OLIVEIRA, 2001).

Dentro de um contexto como este, a biblioteca universitária também corre esse risco, mas se esta cumprir o seu propósito de existir, ela poderá servir de base para a transformação de mentalidades e conseqüentemente da sociedade, desconstruindo também certos conceitos que lhe atribuem. Pois muitas vezes os profissionais bibliotecários que nela atuam se tornam passivos diante do cotidiano acadêmico da sua universidade, onde só esperam o usuário nas suas dependências físicas e não saem para conquistá-lo em seu meio acadêmico e virtual.

Na biblioteca são selecionadas, guardadas e disseminadas as produções culturais e intelectuais de uma sociedade, e tais informações são necessárias para o desenvolvimento de uma nação. Neste sentido, ela apresenta-se como lugar de memória.

Ao aprofundarmos a temática, citaremos teóricos que trabalham conceitos de memória, conceitos de cultura, conceitos de identidade, e tais referências são necessárias para nos fazer compreender a base do assunto proposto, levando-nos a refletir a respeito do valor da biblioteca universitária.

Portanto, este trabalho está estruturado em cinco seções, sendo a primeira, introdução, a qual apresenta a temática de estudo e o objetivo; a segunda seção, a revisão de literatura que explicita alguns conceitos básicos acerca da função da Universidade, bem como a função social da Biblioteca Universitária que discute também a temática acerca da Biblioteca Universitária enquanto lugar de memória apresentando conceitos de memória, de lugares de memória, assim como os conceitos de cultura e de identidade destacando a Biblioteca. A seção três apresenta os materiais e os métodos utilizados para a construção do estudo. A seção quatro apresenta os resultados parciais/finais da pesquisa, por fim as considerações parciais/finais seguida das referências.

2 Revisão de literatura

2.1 A função da universidade

A universidade deve ser reconhecida como uma instituição que desempenha importantes papéis para o desenvolvimento regional, sustentável e humano, na formação de competências e de difusão da experiência cultural e científica da sociedade. Por este motivo se pode considerar o "[...] lócus fundamental para a construção da identidade sociocultural de um país" (MORAES, 1999, p. 56).

A universidade tem a missão não apenas de possibilitar aos alunos a obtenção de um diploma, um emprego ou remuneração satisfatória, ela é também capaz de produzir novos conhecimentos para serem aplicados à realidade social. Sua função se aplica à toda a sociedade, em todos os níveis sociais, para que haja inclusão exercendo tanto uma função social que realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que faz parte. Ela não é uma realidade separada e, sim, uma expressão historicamente determinada de uma sociedade (CHAUÍ, 2001).

Além disso, a universidade deve ser capaz de retribuir o investimento que recebe da comunidade, desenvolvendo estudos, pesquisas e projetos de extensão compatíveis com as

reais necessidades da população em benefício comum, ou seja, ela deve contribuir para minimizar os atuais problemas da sociedade.

A função da universidade na sociedade é inquestionável, como afirma Rodrigues (2007, p.49): “Cabe a ela a liderança do sistema educacional, pois é de sua responsabilidade a formação de sujeitos críticos, reflexivos, autônomos e éticos”.

Para Trindade (1994, p.3 apud DIAS SOBRINHO 2001, p.166) uma das mais importantes funções da universidade é “estender, por equidade, a setores amplos da sociedade, os conhecimentos gerados e acumulados na instituição”. Ou seja, a universidade não produz para si mesma, pois sua função é social.

A universidade como geradora de conhecimento depende dos recursos informacionais, organizados pela biblioteca. Neste sentido, nota-se um ciclo no qual uma produz e a outra registra e divulga o que é produzido. Deste modo a biblioteca universitária tem papel destacado na produção e difusão do conhecimento da universidade (RIBEIRO, 2007).

Conclui-se que a função da universidade é social e está intimamente ligada ao desempenho social que a biblioteca universitária deve desenvolver.

2.2 Biblioteca universitária e sua função social

Ao entendermos a função social da universidade e a sua identidade histórica, podemos afirmar que a biblioteca é parte de grande relevância desta instituição, pois nela encontram-se os acervos que dão a base do conhecimento para a sociedade.

A biblioteca enquanto parte integrante da universidade deve atuar de forma compromissada com o crescimento nacional e com a formação do indivíduo. Neste sentido, Aquino (1996, p. 185-197 apud RIBEIRO, 2007, p. 203) destaca:

Universidade e biblioteca são agências sociais organizadas para atender as necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade de forma geral. Considera-se, portanto, que desta relação surge uma unidade organizacional que reúne os princípios da biblioteca e os da universidade, em diferentes momentos históricos e posicionamentos sociais.

Enquanto agência social ela é moldada de acordo com os padrões, ideologias e valores culturais que regem os modelos de universidade vigente e, por estar condicionada a essa, ambas são reguladas pelo contexto social e político, ao longo da história de cada uma (SILVA, 2010).

Sua função precisa contribuir decisivamente para o ensino, a pesquisa e a extensão, assumindo, assim, seu papel social que é o de promover a infraestrutura documental e a disseminação da informação em prol do desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura.

Do ponto de vista funcional a biblioteca é caracterizada como uma organização prestadora de serviço de informação apoiando as atividades de ensino, aos docentes, aos discentes e aos pesquisadores da universidade, pois em seu âmbito inicia o processo de geração de conhecimento (RIBEIRO, 2007).

Neste sentido, as bibliotecas universitárias apresentam-se como lugar de memória, de tradição e de práticas culturais. Assim, podemos entendê-la como espaço onde nosso patrimônio material e imaterial é captado, preservado e disseminado.

2.3 Biblioteca enquanto lugar de memória

O trabalho desenvolvido pelas bibliotecas universitárias, na promoção de uma

infraestrutura documental e na disseminação da informação, é fundamental para o desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura de um país.

Em seu ambiente são guardados livros que contêm soluções para sanar as dúvidas. No entanto, este precisa ser um espaço dinâmico e vivo, e com seu trabalho técnico tornar acessível a herança da cultura de um povo captado em sua memória.

2.3.1 Conceitos de memória

De acordo com Jacques Le Goff “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1992, p. 423).

O estudo da memória passa da psicologia à neurofisiologia, cada aspecto seu interessa a uma ciência diferente, sendo a memória social um dos meios basilares para se abordar as dificuldades do tempo e da história (SILVA; SILVA, 2010).

Conforme Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Para a Biblioteconomia e a Ciência da Informação há diversas maneiras de abordar o termo memória, e para Oliveira e Rodrigues (2011), os estudos nessa área retratam a memória em três categorias:

- a) Categoria 1 - Memória humana: aborda a faculdade humana de conservar, recordar e transmitir informações, sentimentos e experiências, bem como sua relação com os processos cognitivos.
- b) Categoria 2 - Memória artificial: fala sobre a memória exteriorizada como extensão da memória humana, uma memória adicional possibilitada por recursos tecnológicos, ou um procedimento técnico que permite sua fixação e facilita sua recuperação, seja uma técnica mnemônica, um registro escrito ou um disco rígido.
- c) Categoria 3 - Memória social: diz respeito aos registros da informação como memória socialmente construída, representada e compartilhada por um grupo, estejam eles institucionalizados (compondo os acervos de arquivos, bibliotecas e museus) ou não.

Neste estudo, abordaremos brevemente o conceito de memória na perspectiva social, que corresponde a etapa do processo informacional associada ao termo preservação, a partir do pressuposto das informações ou dos documentos que possibilitam a reconstrução de parte da memória de uma coletividade, seja um país ou uma instituição.

Para Gondar (2004, p. 4 apud HOLLÓS, 2010, p. 30) a memória social é vista em caráter:

[...] transdisciplinar e se produz nos entrecruzamentos da filosofia, da psicologia, das neurociências, das ciências da informação [...] atravessando suas fronteiras e fertilizando um novo campo de problemas, onde o dissentimento resulta em novas ideias.

É nesta interação fronteiriça que ocorre a articulação da memória social, o que não se dá apenas por meio de palavras verbalizadas ou grafadas, mas também por meio de imagens. (CHAGAS, 2009).

Halbwachs (2004, p. 30) dá destaque às memórias coletivas que não deixam de apresentar o seu aspecto social: “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós”.

Diante deste fato as bibliotecas reúnem o que é importante no que tange ao resultado da memória social, tornando-se assim um lugar de memória.

2.3.2 O que são lugares de memória?

Bibliotecas, museus e arquivos são locais nos quais os cientistas da informação exercem suas práticas. Considerados lugares de memória, bem como a memória das instituições, resultam em apropriações dos conceitos de memória social e memória coletiva bem como emprego de múltiplas extensões, tais como: instituições de memória, centros de memória, arquivos de memória e entidade de memória.

O termo lugar de memória firmado por Nora (1993, p. 13) estabelece que eles nascem e vivem do sentimento de que não há memória instintiva, de que é preciso criar arquivos. Assim ele destaca que: “[...] se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tão pouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis”.

Vieira (2015) observa que quanto menos se vive a memória no interior, maior a necessidade de suportes exteriores.

Nessas extensões, são constantes as referências a uma dinâmica da memória possibilitada pela informação registrada levando a construção, reconstrução, formação, manutenção, recuperação, preservação, conservação, valorização, incorporação, interação, exclusão e destruição da memória (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011).

Tal concepção destaca mais uma vez a função social da biblioteca, agora como lugar de memória que é fruto de produções culturais e identitárias de um povo. Neste sentido, é necessário fazermos uma breve abordagem dos conceitos de cultura e identidade.

2.3.3 Conceitos de cultura e identidade

O conceito de cultura, em seu uso antropológico, surgiu na Alemanha setecentista e inicialmente estava relacionado à noção de alguma qualidade original, um espírito ou essência que uniria as pessoas em nações e separaria as nações umas das outras (CUNHA, 2009).

Essa originalidade nasceria das diversas visões de mundo de diferentes povos, chegando ao entendimento de que eles seriam os autores dessas visões, concepção que ainda permanece.

Para Geertz (1989) a cultura seria como um conjunto de mecanismos de controle, com planos, regras, instruções criadas para governar o comportamento do homem, sendo este homem um animal, dependente de tais mecanismos para ordenar seu comportamento.

Compreendida como preocupação fundamental de todas as ciências humanas a cultura enquanto objeto principal da antropologia é retratada no texto de Sahlins (1997), que defende o seu conceito como fenômeno da organização da experiência e da ação humana por meio de símbolos.

Com ideia semelhante Kuper (2002, p. 286) afirma que “cultura não é uma questão de raça. Ela é aprendida, e não transmitida por genes”. Constituindo uma ideia de valores,

uma atitude mental coletiva expressada por meio de símbolos.

Quanto a Jameson (1993) este acredita que a cultura deve ser sempre vista como um veículo ou um meio através do qual se dá o relacionamento entre grupos que perpetua as ilusões óticas e o falso objetivismo desse relacionamento histórico. O autor ainda destaca que em termos mais comuns, a identidade é concretizada por meio da participação na cultura.

Não há um discurso identitário único, coeso e completo em si mesmo, posto que, o sujeito, através de seus posicionamentos, assume identidades múltiplas nos diversos momentos e espaços onde sua história de vida adquire sentido e encontra ressonância. (SILVEIRA, 2010)

A identidade está profundamente envolvida no processo de relações espaço-tempo e no interior de diferentes sistemas de representação. Elas têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas de modo que todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico (HALL, 2006).

O autor aponta três concepções diferenciadas de identidades que refletem o processo intelectual de mudança do conceito de identidade fixa para uma identidade mais plural. A primeira é a identidade do sujeito do Iluminismo que se baseia numa concepção de indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior. A segunda é a identidade de sujeito sociológico, que refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente. E a última é a identidade do sujeito pós-moderno que indispõe de uma identidade fixa, essencial ou permanente.

A identidade não surge somente de um “eu verdadeiro” e “único”, mas do diálogo entre os conceitos, definições e práticas que são representadas pelos discursos de uma cultura. E pelo nosso desejo consciente ou inconsciente de responder aos apelos feitos pelos significados e de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeito constituídas por nós e para nós. (SILVEIRA, 2010).

Neste sentido, Hall (1997, p. 26-27) nos apresenta seu entendimento a respeito da maneira como as identidades são formadas:

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e particularmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

França (2002) ressalta a necessidade de notar que a ideia de identidade é um resultado que tem como elemento de sustentação, discursos, objetos e práticas simbólicas que nos posicionam no mundo e que dizem nosso lugar em relação ao outro. Tais símbolos são construídos por meio de relações, interpessoais que produzem os elementos culturais de um povo.

A identidade não é um assunto apenas pessoal, ela necessita ser vivida no mundo, em um diálogo com os outros. “De um ponto de vista subjetivo, a identidade é descoberta dentro da própria pessoa, e implica identidade com os outros” (KUPER, 2002, p.296).

Apreende-se com essas abordagens, que cultura e identidade, são fenômenos da organização, da experiência e da ação humana por meio de símbolos e estes são construídos a partir de relações interpessoais que produzem os elementos culturais de um povo, corroboram com ideias de valores sendo atitudes mentais da coletividade que criam vínculos e que passam a ser registrados na memória.

Diante disso, a biblioteca universitária se faz importante em seu papel social, como espaço onde o patrimônio material e imaterial é captado, preservado e disseminado.

2.3.4 A Biblioteca

Pode-se definir as bibliotecas como um lugar de memória e de preservação do patrimônio documental, considerando-a como: “um espaço dinâmico e vivo tendo como uma das tarefas fundamentais colecionar, [...], inventariar e, finalmente, tornar acessível a herança da cultura escrita” (CHARTIER, 2002, p.30).

Outrossim, às práticas de sociabilidade que se delimitam em torno e a partir de seu espaço, as bibliotecas se mostram capazes de enunciar ou exibir uma série de construções culturais cujos referenciais expressam de maneira significativa as estruturas históricas, políticas, ideológicas e identitárias sobre os quais uma dada sociedade se constitui, nutre-se e se valoriza (SILVEIRA, 2012).

Se analisada com a sutileza que merece, se torna um indicativo de que a missão das bibliotecas, tal qual como outros lugares de memória, se apresentam como palcos de encenação à dramaturgia da sociedade acolhendo, em virtude disso, “a identidade de uma sociedade ou nação [que pode] ser espelhada por uma biblioteca, por uma reunião de títulos que, em termos práticos ou simbólicos, faça as vezes de definição coletiva”. (MANGUEL, 2006; p.241 apud SILVEIRA, 2012 p. 12).

Assim compreendemos a importância da biblioteca no cumprimento da sua função social enquanto lugar de memória e o que ela representa para perpetuar o que de fato é relevante a nível de conhecimento e reconhecimento cultural e identitário de uma nação.

3 Materiais e métodos

Para o desenvolvimento deste trabalho realizamos a pesquisa bibliográfica, com o intuito de responder ao seguinte questionamento: considerando que a biblioteca universitária é o espaço onde nosso patrimônio material e imaterial é captado, preservado e disseminado, qual a sua função social enquanto lugar de memória?

4 Resultados parciais/finais

Diante da abordagem teórico-conceitual foi verificado que cultura e identidade, consideradas fenômenos da organização, da experiência e da ação humana por meio de símbolos, corroboram com ideias de valores, sendo atitudes mentais da coletividade que criam vínculos e que passam a ser registrados na memória.

Em consonância com a instituição maior da qual faz parte, que é a universidade, a biblioteca universitária é o espaço onde nosso patrimônio material e imaterial é captado, preservado e disseminado.

Neste sentido, foi possível aferir no estudo a função social da biblioteca universitária enquanto lugar de memória, pois esta desempenha papel fundamental na construção dos sujeitos sociais.

5 Considerações parciais/finais

Ressaltamos, então, que as discussões apresentadas têm o intuito de refletir a função social da Biblioteca Universitária enquanto lugar de memória, preservação e difusão do conhecimento. A análise esboçada acerca dos conceitos de memória, cultura e identidade, possibilita uma melhor compreensão da temática abordada. Embora exista muitas vezes a concepção errada a respeito da função da biblioteca vista como um espaço estático, funcional e operacional, devido à atuação passiva de seus profissionais bibliotecários, entende-se que esta desempenha papel fundamental na sociedade.

Outrossim, vale ressaltar que, o trabalho teve o intuito de enfatizar a função social da biblioteca universitária como lócus de memória na intenção de contribuir para preservação da cultura e identidade da sociedade.

6 Referências

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão. In: TRINDADE, Héliogio. (Org.) **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, Porto Alegre: CIPEDDES, 2001. p. 179-189.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamaprina, 2009. p. 136-167.

CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Marcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; FAPESP. 2002. p.30.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: _____. **Cultura com aspas**. São Paulo: CosacNaify, 2009. p. 311-373.

DIAS SOBRINHO, José. Concepções de universidade e de avaliação institucional. In: TRINDADE, Héliogio. (Org.) **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, Porto Alegre: CIPEDDES, 2001. p. 149-169.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: GUIMARÃES, C. et al. **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.27-43.

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito do homem. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

KUPER, Adam. Cultura, diferença, identidade. In: _____. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 285-309.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais no nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p.15-46, jul./dez., 1997. Disponível em: <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&a, 2006.

HOLLÓS, Adriana Cox. Preservação e memória social. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. et al. (Orgs.). **Cultura, representação e informação digitais**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7335/1/cultura-representacao-informacao-digitais-RI.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

JAMESON, Frederic. Conflictosinterdisciplinarios em lainvestigación sobre cultura. **Alteridades**, v. 3, n. 5, p. 93-117, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Paradigmas e adesões: temas para pensar a teoria e a prática em educação. **Revista Perspectica**, v. 17, n. 32, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10522/10068>>. Acesso em 10 jun. 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez., 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 07 jul. 2016

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, GeorgeteMedleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de janeiro, v.7, n.1, p. 31-328, mar., 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/416/298>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

RIBEIRO, Maria Solange Pereira. Biblioteconomia na sociedade informatizada: a reconstrução da identidade profissional. In: CASTRO, César Augusto. (Org.). **Conhecimento, pesquisa e práticas sociais em Ciência da Informação**. São Luiz: EDUFMA, 2007. p. 201-223.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: referência para a formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. In: CASTRO, César Augusto. (Org.). **Conhecimento, pesquisa e práticas sociais em Ciência da Informação**. São Luiz: EDUFMA, 2007. p. 45-61.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

SILVA, Angela Maria Moreira. A construção das bibliotecas universitárias no Brasil. **Revista Informação & Universidade**, v. 2, n.1, p. 3, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.67-86, set./dez., 2010. Disponível em:



XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

<<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/05.pdf>>. Acesso em: 11 maio, 2015.

_____. Sondas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v.13, n.5, out., 2012. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out12/Art_03.htm>. Acesso em: 14 jun. 2015.

VIEIRA, ItalaMaduell. A memória em Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak1.In:Encontro Regional Sudeste de História oral: dimensões do público; comunidades de sentido e narrativas políticas, 11, 2015, Niterói, RJ. **Anais...**Niterói, RJ: UFF, 2015. Disponível em: <http://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1429129701_ARQUIVO_Memoria_Itala_Maduell.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2016.